

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL-TO

## QUADRO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO 2019

### CONCURSO PÚBLICO



**NÍVEL:** Superior  
**CARGO:** Contador

Língua Portuguesa .....	01 a 10
Noções de Informática .....	11 a 15
Conhecimentos Regionais .....	16 a 20
Legislação Pertinente ao Município de Porto Nacional/TO .....	21 a 30
Conhecimentos Específicos .....	31 a 40

**APLICAÇÃO:** MANHÃ

**COPESE**  
Comissão Permanente de Seleção

**ATENÇÃO:** transcreva no espaço apropriado da **FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO)**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**A felicidade do corpo consiste na saúde, e a do espírito, na sabedoria.**

#### LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este CADERNO DE PROVAS contém um total de 40 questões, dispostas conforme o quadro acima.
2. Caso haja algum problema de impressão ou divergência quanto ao cargo, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
3. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:

Marque assim:



Não marque assim:



OBS: Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.

4. Ao terminar a prova, acene para chamar o aplicador para que sejam recolhidos este Caderno de Provas e sua Folha de Respostas (Gabarito).
5. Após a prova você poderá levar consigo somente o Gabarito Rascunho.
6. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.
7. De acordo com o item 10.18 do edital terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, smartphone, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, fones de ouvido, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

#### ATENÇÃO:

O tempo disponível para a realização desta prova, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas (Gabarito) é de 3 horas.

**PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir para responder as **QUESTÕES** de **01** a **07**.

**Os perigos semânticos do racismo**

Casos de preconceito expõem uso indiscriminado da palavra "racismo", confundida com "injúria" e "apologia à violência".

Todas as profissões possuem vocabulário próprio, um glossário que permite comunicação mais efetiva entre os que trabalham em determinada área do conhecimento humano. Com o Direito não é diferente. As letras forenses são plenas de particularidades e aforismos próprios, familiares aos que militam nas lides judiciais, mas bastante estranhos à população em geral.

Alguns problemas surgem porque, ao contrário do que observamos em outras ciências, os termos jurídicos têm, não raro, um segundo significado, comum e muito difundido, circunstância que frequentemente leva confusão aos que batem às portas dos tribunais em busca de justiça. São palavras como: "queixa", "exceção", "suspeição", "competência", cujo significado popular difere, em muito, do sentido técnico, muitas vezes bastante difícil de ser explicitado ao leigo. Um dos exemplos mais veementes dessa dicotomia é o vocábulo "racismo".

Numa série de episódios recentes, de ataques a nordestinos e outros atores sociais, o termo voltou a movimentar o debate no país. Para o senso comum, "racismo" significa toda e qualquer forma de "preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior" (HOUAISS, 2009), englobando condutas variadas, que vão da simples ofensa verbal a atos sociais discriminatórios ou violência física.

Em sentido técnico, no entanto, o termo remete a "crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor", tipificados pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que usa, nas diversas figuras penais, frases como: "impedir ou obstar o acesso", "negar ou obstar emprego", "recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso", "recusar hospedagem", "recusar atendimento", "impedir ou obstar casamento", "impedir ou obstar convivência social" e outros comportamentos, sancionados com penas que variam de um mínimo de um a um máximo de cinco anos de reclusão [...]. São condutas ligadas à ideia de exclusão, de eliminação, de óbice concreto ao exercício de um direito, ao sentimento íntimo de proscrição do outro, que toma tais condutas desprezíveis.

É necessário, no entanto, diferenciar esses crimes da injúria (ofensa verbal), qualificada por "elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência", prevista pelo art. 140, §3º, do Código Penal e que recebe pena abstrata de "reclusão de um a três anos e multa".

Mal comparando, para a lei, uma coisa é impedir alguém de entrar num restaurante ou tratá-lo mal por ele ser negro ou nordestino. Outra é injuriar alguém, com base em ofensas de conteúdo racial.

Tema bastante polêmico, não raro vemos nos noticiários pessoas, atingidas em sua honra por expressões alusivas à origem social ou étnica, dizendo-se vítimas de racismo e indignadas porque a autoridade policial não tipificou a conduta na Lei nº 7.716/89, mas sim na injúria prevista no Código Penal.

A própria mídia, por vezes desinformada, concorre para essa confusão e acaba, involuntariamente, por estimular o atrito, inquinando como faltosas condutas funcionais absolutamente corretas.

Importa esclarecer que a Justiça tem peculiaridades e o autor do delito, de uma forma ou outra, seja qual for o *nomen juris* (a denominação legal) dado ao fato, será efetivamente responsabilizado.

Necessário anotar, enfim, que eliminar tais comportamentos não é tarefa policial. É preciso, mais. É urgente que os homens se conscientizem de sua igualdade intrínseca e de que a cor da pele, a religião ou a origem social não os qualificam como melhores seres humanos. Assim como o Cavaleiro inexistente, de Italo Calvino, precisamos abandonar a narcísica armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na divina beleza de sua diversidade.

Fonte: DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. In: *Revista Língua Portuguesa*. Ano 5, nº 62, dez. 2010. (Adaptado).

**QUESTÃO 01**

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a interpretação do texto e as intenções do autor.

- (A) Enaltece a área jurídica por utilizar vocabulário e termos técnicos acessíveis a toda população.
- (B) Acusa a mídia de divulgar informações falsas, principalmente sobre ataques aos nordestinos.
- (C) Demonstra que alguns termos de conhecimento popular possuem significados distintos do vocabulário da área jurídica.
- (D) Defende que a população em geral deveria dominar as letras forenses, para que todos pudessem conquistar os seus direitos.

**QUESTÃO 02**

Acerca da discussão sobre o termo "racismo", apresentada pelo autor, analise as afirmativas.

- I. Há dois entendimentos para "racismo": um de conhecimento popular e outro de conhecimento jurídico.
- II. Em todas as instâncias jurídicas deve-se prevalecer o significado popular para "racismo", que denota alteridade.
- III. Juridicamente, "racismo" é entendido como toda e qualquer forma de preconceito, por exemplo, contra as pessoas pertencentes a uma raça ou etnia diferentes, caso dos nordestinos.
- IV. O termo "racismo" apresenta a mesma significação do vocábulo "injúria" na área do Direito Penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 03**

Sobre as diferenças de sentido entre termos técnicos da área jurídica e os termos de conhecimento popular, assinale a alternativa **CORRETA** sobre qual problema essas diferenças podem ocasionar à população.

- (A) A propagação dos termos jurídicos corretos, pela mídia, em cada caso de queixa crime.
- (B) A inibição aos que buscam valer os seus direitos, mas que não encontram respaldo nas leis brasileiras.
- (C) A dificuldade em compreender a tipificação correta em casos de racismo e injúria, previstos na legislação.
- (D) O desconhecimento jurídico dos policiais ao informar a tipificação correta dos crimes de injúria e racismo ao cidadão comum.

**QUESTÃO 04**

A partir da leitura do fragmento “[...] precisamos abandonar a **narcísica** armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na **divina** beleza de sua **diversidade**.” (último parágrafo), assinale a alternativa **CORRETA** em que as palavras em destaque podem ser substituídas, respectivamente, sem prejuízo de sentido, por

- (A) Singela; terreal; igualdade.
- (B) vaidosa; sublime; pluralidade.
- (C) humilde; vulgar; multiplicidade.
- (D) presunçosa; estígia; homogeneidade.

**QUESTÃO 05**

Assinale a alternativa **CORRETA**. A palavra “Direito”, em destaque no texto (1º parágrafo), está grafada com a inicial em maiúscula, pois

- (A) está iniciando o período.
- (B) está aludindo à entidade mitológica e de cunho histórico.
- (C) está remetendo à forma de tratamento usada em instituições públicas.
- (D) está designando ciência, ou disciplina, ou sintetiza aspectos do engenho e do saber.

**QUESTÃO 06**

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), o trecho: “preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior”, presente no 3º parágrafo, está entre aspas, pois

- (A) é citação textual direta.
- (B) é fragmento de obra literária.
- (C) é excerto conotativo e não referencial.
- (D) é expressão de cunho preconceituoso.

**QUESTÃO 07**

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), a expressão *nomen juris* está grafada em itálico, porque

- (A) é expressão de formação híbrida.
- (B) é expressão em língua estrangeira já aportuguesada.
- (C) é expressão utilizada exclusivamente na área do direito penal.
- (D) é expressão latina não incorporada ao uso comum na língua portuguesa.

**QUESTÃO 08**

Assinale a alternativa **CORRETA**. Segundo o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), para o atributo “concisão” deve-se:

- (A) exibir advérbios que denotem personalidade.
- (B) transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras.
- (C) utilizar redundância e prolixidade para melhor clareza e compreensão do texto oficial.
- (D) utilizar adjetivos que destaquem a qualidade do que se pretende apresentar, com a finalidade de demonstrar consideração ao leitor.

**QUESTÃO 09**

Sobre os elementos de ortografia presentes no **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Pede-se que o travessão seja usado em casos em que se faz necessária a transcrição de trechos de fala.
- (B) Sugere-se a consulta a dicionários da língua quando há dúvidas sobre a grafia de determinada palavra.
- (C) Indica-se que o sinal de hífen deve ser evitado em comunicações oficiais, uma vez que o Novo Acordo Ortográfico não prevê seu uso.
- (D) Recomenda-se que palavras grafadas em itálico sejam acompanhadas de sinais gráficos de aspas para dar ênfase aos termos de origem estrangeira e latina.

**QUESTÃO 10**

Assinale a alternativa **CORRETA** em que todas as palavras estejam grafadas segundo a norma culta e/ou padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Piche, procrastinar, expansão.
- (B) Vissicitude, maldade, viagem.
- (C) Ancioso, compreensão, lacrimejar.
- (D) Exceção, excepcional, indentidade.

**PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA****QUESTÃO 11**

São categorias disponíveis no menu de Configurações no Microsoft Windows 10, **EXCETO**:

- (A) paint, docs e edge.
- (B) rede e internet, dispositivos e contas.
- (C) contas, hora e idioma e privacidade.
- (D) atualização e recuperação, personalização e sistema.

**QUESTÃO 12**

Recuo é um deslocamento das linhas em relação às margens do documento. Sobre o recuo de parágrafo no Microsoft Word 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Essa versão do Word não permite o uso de atalhos do teclado para realizar recuos de parágrafo.
- (B) O recuo do parágrafo pode ser aplicado a apenas um parágrafo por página e somente na primeira linha.
- (C) A caixa de diálogo *Parágrafo* não apresenta referências ao recuo, sendo necessário o usuário acessar a guia *Layout* para essa finalidade.
- (D) O recuo de parágrafo pode ser feito por meio da guia *Layout*, bem como pela régua, pela caixa de diálogo *Parágrafo* ou por atalhos do teclado.

**QUESTÃO 13**

Em alguns aplicativos de comunicação como o WhatsApp o tipo de criptografia utilizado é a ponta a ponta, ou seja, entre os dispositivos que estão trocando as mensagens. Com esse tipo de criptografia, somente quem está conversando possui a chave para ler a mensagem.

Neste contexto, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a criptografia é responsável apenas por gerar um resumo da mensagem original.
- (B) a criptografia é responsável por cifrar a mensagem.
- (C) a criptografia é responsável por armazenar a mensagem em um servidor seguro.
- (D) a criptografia é responsável por garantir a entrega da mensagem ao destinatário.

**QUESTÃO 14**

Acerca da impressão de planilhas do Microsoft Excel 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho é necessário selecionar previamente a parte que se deseja imprimir.
- (B) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho, basta clicar na opção *Imprimir por partes* disponível na guia *Revisão*.
- (C) Para imprimir apenas partes de uma planilha o usuário não necessita selecionar previamente a parte que deseja imprimir.
- (D) O atalho Ctrl + S permite o usuário imprimir diretamente uma planilha.

**QUESTÃO 15**

Qual a URL indicada para transmissões que envolvem informações sigilosas e que oferece conexão segura:

- (A) ftp://www.portonacional.to.gov.br
- (B) http://www.portonacional.to.gov.br
- (C) https://www.portonacional.to.gov.br
- (D) smb://www.portonacional.to.gov.br

**PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS**

**QUESTÃO 16**

Ritxòkò significa ‘boneca de cerâmica’ e são confeccionadas por mulheres, desde a modelagem, a queima até a pintura. As bonecas Ritxòkò, desde 2012 foram reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial brasileiro.

Sobre as bonecas Ritxòkò é **CORRETO** afirmar que são confeccionadas pelas mulheres do povo

- (A) Krahô.
- (B) Karajá.
- (C) Xerente.
- (D) Xambioá.

**QUESTÃO 17**

É **CORRETO** afirmar que a unidade do relevo que está localizada na quádrupla fronteira entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia alcançando mais de 800 metros de altitude, e constitui o limite ocidental da região do Jalapão recebe o nome de:

- (A) Chapada do Araripe.
- (B) Chapada Diamantina.
- (C) Chapada dos Guimarães.
- (D) Chapada das Mangabeiras.

**QUESTÃO 18**

Durante o giro da folia do Divino Espírito Santo ocorre uma dança que é uma espécie de brincadeira composta por homens e mulheres que em dupla, acompanhados de viola e pandeiro se divertem e divertem a população com gesto de alegria e sensualidade.

É **CORRETO** afirmar que essa dança típica, que carrega fortes marcas de cultura e tradição das comunidades do interior do

Tocantins como Paranã, Santa Rosa do Tocantins, Monte do Carmo, Natividade, Conceição do Tocantins, Peixe e Tocantinópolis recebe o nome de:

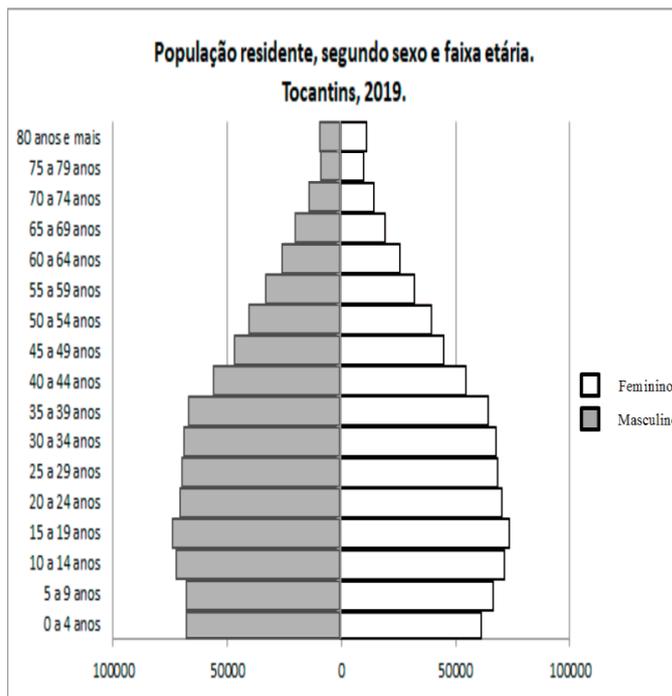
- (A) Zouk.
- (B) Salsa.
- (C) Sússia.
- (D) Merengue.

**QUESTÃO 19**

É **CORRETO** afirmar que uma das primeiras edificações construída em Palmas, no ano de 1989, que foi sede do Poder Executivo de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991. Abrigou ainda a Casa Civil e a Casa Militar, as secretarias do Interior, da Comunicação e da Agricultura. Também serviu, por pouco tempo, de residência oficial do Governador, e atualmente abriga o:

- (A) Palácio Araguaia.
- (B) Memorial Coluna Prestes.
- (C) Museu Histórico do Tocantins.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

**QUESTÃO 20**



Fonte: Disponível em: <https://www.conass.org.br/guiainformacao/tocantins-2/> Acesso em 02/05/2019. (Adaptado).

Considerando a pirâmide etária do Tocantins é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Os jovens de 15 a 19 anos correspondem à faixa populacional com maior incidência na composição populacional do estado.
- (B) A população idosa no estado Tocantins é numericamente superior à população jovem.
- (C) O número de mulheres adultas representa a metade do número de homens adultos.
- (D) O número de crianças de zero a 4 anos é superior ao de crianças de 05 a 09 anos.

**PROVA DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL - TO**

**QUESTÃO 21**

Assinale a alternativa **CORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à organização do Poder Legislativo, o mandato da Mesa da Câmara Municipal será de:

- (A) um ano, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (B) um ano, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (C) dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (D) dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

**QUESTÃO 22**

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- II. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas anuais do Município, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- III. As contas do Município ficarão, durante quatro meses, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte municipal, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos em que a lei indicar.
- IV. A Câmara Municipal e o Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 23**

Assinale a alternativa **INCORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto ao processo legislativo, compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de lei que:

- (A) disponha sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- (B) estabelece a Lei de Zoneamento Municipal.
- (C) trate da criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Indireta e Autárquica, bem como a fixação das respectivas remunerações.
- (D) disponha sobre o Regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores municipais.

**QUESTÃO 24**

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à Procuradoria da Câmara Municipal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Compete à Procuradoria da Câmara Municipal exercer a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Legislativo Municipal.
- (B) Os Procuradores Jurídicos da Câmara Municipal atuarão nos atos e procedimentos administrativos da Câmara, propiciando o controle interno da constitucionalidade e da legalidade e prestarão aos Vereadores, indistintamente, consultoria e assessoria técnico-jurídica, entre outras atribuições.
- (C) A Lei de iniciativa da Mesa da Câmara organizará a Procuradoria da Câmara Municipal, disciplinará sua competência e disporá sobre o ingresso na classe inicial, privativo de advogados em pleno exercício da profissão, mediante concurso público de provas e títulos instituindo plano de carreira, vencimentos e vantagens.
- (D) Compete à Mesa da Câmara indicar ao plenário em lista quintupla, relacionando bacharéis em Direito, dentre os quais será nomeado, por aprovação da maioria e por tempo indeterminado.

**QUESTÃO 25**

Assinale a alternativa **CORRETA**. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta de:

- (A) três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (B) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (C) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

**QUESTÃO 26**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), os cargos públicos serão providos, **EXCETO**:

- (A) Reintegração.
- (B) Recomendação.
- (C) Reversão.
- (D) Nomeação.

**QUESTÃO 27**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), dentre outros motivos, a pena disciplinar de demissão será aplicada ao servidor nos seguintes casos, **EXCETO**:

- (A) Reincidência de falta de cumprimento do dever funcional.
- (B) Incontinência pública escandalosa.
- (C) Ofensa, em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa.
- (D) Revelação de segredo de que tenha conhecimento em razão de suas funções.

**QUESTÃO 28**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A posse será dispensada no caso de nomeação do candidato aprovado em concurso público.
- (B) A posse será dispensada no caso de indicação de candidato para cargo em comissão ou de confiança.
- (C) A posse será dispensada no caso de reintegração.
- (D) A posse não será dispensada em nenhuma circunstância.

**QUESTÃO 29**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), quanto à nomeação para o cargo público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para cargo de provimento efetivo.
- II. A nomeação dar-se-á em comissão, mediante livre escolha do chefe do poder executivo municipal, dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.
- III. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para o provimento de cargo de caráter comissionado, nas funções de chefia, direção ou de secretário do município.
- IV. A nomeação dar-se-á em caráter temporário para provimento de cargo efetivo sujeito à extinção.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 30**

Assinale a alternativa **CORRETA**. Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), as faltas funcionais prescreverão no seguinte prazo:

- (A) em 1 (um) ano quando a falta for sujeita à pena de multa ou suspensão.
- (B) em 3 (anos) anos quando a falta for sujeita à pena de destituição de cargo em comissão ou de função pública.
- (C) em 4 (quatro) anos quando a falta for sujeita à pena de aposentadoria.
- (D) quando a ação ou omissão do servidor for tipificada na lei penal, de acordo com esta será o prazo prescricional.

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**QUESTÃO 31**

Considere as seguintes afirmativas sobre as características do orçamento tradicional e do orçamento-programa, relacionadas de forma aleatória e sem identificar o tipo de orçamento a que se referem.

- I. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento.
- II. As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
- III. Na elaboração do orçamento são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.
- IV. O principal critério de classificação é a classificação: funcional-programático.
- V. O controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento.

Com base nessas afirmativas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) as características relacionadas nos itens I, III e V são exclusivamente do orçamento tradicional.
- (B) as características relacionadas nos itens I, II e IV são exclusivamente do orçamento-programa.
- (C) as características relacionadas nos itens III, IV e V são exclusivamente do orçamento tradicional.
- (D) as características relacionadas nos itens III, IV e V são exclusivamente do orçamento-programa.

**QUESTÃO 32**

Em relação ao PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências reguladoras oficiais de fomento.
- (B) a lei orçamentária anual compreenderá: o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- (C) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (D) a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

**QUESTÃO 33**

A prefeitura municipal “fictícia” apresentou os seguintes dados hipotéticos da despesa fixada na Lei orçamentária para o exercício de 2018.

A	B	C	D	E	F	G
01	031	0001	1288	4.4.90.51	0010	200.000,00
04	122	0183	2335	3.3.90.39	0010	12.000,00
08	244	0137	2110	3.3.90.30	0010	149.000,00
09	271	0005	2114	3.3.90.39	0050	100.000,00
10	122	0017	2072	3.3.90.35	0040	10.000,00
12	361	0002	2053	3.3.90.45	0020	250.000,00
15	451	0087	1605	4.4.90.51	0010	150.000,00

Legenda:

- A – Função
- B – Subfunção
- C – Programa
- D – Ação
- E – Natureza da Despesa
- F – Fonte de Recursos
- G – Dotação Inicial

Considerando somente os dados apresentados, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) o total da dotação inicial do orçamento da seguridade social é de R\$ 259.000,00.
- (B) o total da dotação inicial do orçamento fiscal é de R\$ 871.000,00.
- (C) o total da dotação inicial do orçamento da seguridade social é de R\$ 612.000,00.
- (D) o total da dotação inicial do orçamento fiscal é de R\$ 350.000,00.

**QUESTÃO 34**

Considerando somente os dados hipotéticos da execução da despesa orçamentária de uma determinada prefeitura municipal “fictícia”, assinale a alternativa **CORRETA**:

Natureza Despesa	Dotação Inicial	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
3.1.90.04	200.000,00	160.000,00	112.000,00	67.000,00
4.4.90.52	150.000,00	120.000,00	84.000,00	51.000,00
3.1.90.11	12.000,00	9.000,00	6.000,00	4.000,00
3.3.90.39	70.000,00	56.000,00	39.000,00	24.000,00
3.3.90.14	100.000,00	80.000,00	56.000,00	33.000,00
3.3.90.30	10.000,00	8.000,00	5.000,00	3.000,00
4.4.90.51	250.000,00	200.000,00	140.000,00	84.000,00
3.3.90.33	50.000,00	40.000,00	28.000,00	16.000,00
3.1.90.13	149.000,00	119.000,00	83.000,00	50.000,00
3.3.90.35	40.000,00	32.000,00	22.000,00	13.000,00
3.3.90.36	30.000,00	24.000,00	16.000,00	10.000,00

- (A) o total da despesa empenhada no grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” é de R\$ 208.000,00.
- (B) o total da despesa paga no grupo de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes” é de R\$ 220.000,00.
- (C) o total da despesa liquidada no grupo de natureza de despesa “Investimentos” é de R\$ 224.000,00.
- (D) o total da despesa empenhada no grupo de natureza de despesa “Inversões Financeiras” é de R\$ 320.000,00.

**QUESTÃO 35**

A empresa ABC apresentou os seguintes fatos contábeis ocorridos no exercício de 2018:

- I. venda de mercadorias em dezembro de 2018, no total de R\$ 14.200,00, com um custo de 72%, recebido no ato da venda 60%, e o restante em 12 parcelas, a partir de janeiro de 2019.
- II. consumo de água e esgoto em dezembro de 2018, no valor de R\$ 470,00, sendo que o pagamento será efetuado em dezembro de 2018.
- III. aluguel de um imóvel da empresa utilizado por terceiros nos meses de maio a dezembro de 2018. O contrato é de R\$ 12.480,00, correspondente a 12 (doze) parcelas, com vigência a partir da data de assinatura do contrato: 1º de maio de 2018.
- IV. aluguel de um imóvel utilizado pela empresa em dezembro de 2018, no valor de R\$ 890,00, que será pago em janeiro de 2019.
- V. consumo de energia elétrica em dezembro de 2018, no valor de R\$ 250,00, sendo que o pagamento será efetuado em janeiro de 2019.

Com base nos dados apresentados, assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao resultado do exercício apurado pelo regime de competência no exercício de 2018:

- (A) prejuízo de R\$ 20.910,00.
- (B) lucro de R\$ 10.686,00.
- (C) prejuízo de R\$ 16.580,00.
- (D) lucro de R\$ 12.640,00.

**QUESTÃO 36**

Determinada prefeitura municipal “fictícia” apresentou no Balanço Financeiro de 2017, saldo em espécie para o período seguinte de R\$ 90.000,00. Durante o exercício de 2018 realizou os fatos que seguem:

- I. Recebimento de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, R\$ 120.000,00.
- II. Débito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura no valor de R\$ 10.000,00, a ser regularizado.
- III. Despesa empenhada e liquidada com aquisição de computadores no total de R\$ 60.000,00, sendo inscrita em restos a pagar.
- IV. Crédito em conta corrente referente a estorno parcial de débito indevido de R\$ 7.000,00.
- V. Recebimento de FPM – Fundo de Participação dos Municípios no valor total de R\$ 350.000,00.
- VI. Crédito efetuado em conta corrente referente à devolução de pagamento efetuado a um determinado fornecedor no exercício anterior, no valor de R\$ 24.000,00, por insuficiência de dados bancários, a ser regularizado.
- VII. Despesa empenhada, liquidada e paga com serviços de terceiros (pessoa jurídica) no total de R\$ 45.000,00 (não houve incidência de retenção de valores).
- VIII. Pagamento de restos a pagar processados, inscritos no exercício anterior, no valor de R\$ 34.000,00.
- IX. Recebimento de receita patrimonial (aluguel), R\$ 30.000,00.
- X. Despesa somente empenhada com material de expediente no valor R\$ 56.000,00, sendo inscrita em restos a pagar.

Considerando somente os fatos relacionados, assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao total dos ingressos extraorçamentários no Balanço Financeiro do exercício de 2018:

- (A) R\$ 147.000,00.
- (B) R\$ 31.000,00.
- (C) R\$ 116.000,00.
- (D) R\$ 34.000,00.

**QUESTÃO 37**

Os itens relacionados no quadro que segue apresentam a execução orçamentário-financeira da despesa de determinada prefeitura fictícia, no exercício de 2018:

Item	Descrição do objeto da despesa orçamentária e valores empenhados, liquidados e pagos
I	Contratação de serviço de pessoa física para instalação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos. Empenhado: 11.000,00 Liquidado: 9.000,00 Pago: 8.000,00
II	Aquisição de computadores. Empenhado: 44.000,00 Liquidado: 32.000,00 Pago: 30.000,00
III	Contratação de serviço de Consultoria. Empenhado: 14.000,00 Liquidado: 13.000,00 Pago: 11.000,00
IV	Aquisição de mobiliário em geral para as diversas secretarias do município. Empenhado: 19.000,00 Liquidado: 18.000,00 Pago: 16.000,00
V	Contratação de serviço de pessoa jurídica para conserto de máquinas e equipamentos. Empenhado: 22.000,00 Liquidado: 22.000,00 Pago: 22.000,00
VI	Vencimentos e Vantagens Fixas dos servidores civis (salário dos servidores). Empenhado: 112.000,00 Liquidado: 98.000,00 Pago: 90.000,00
VII	Obrigações Patronais. Empenhado: 18.000,00 Liquidado: 17.000,00 Pago: 15.000,00
VIII	Contratação de serviços funerários. Empenhado: 17.000,00 Liquidado: 14.000,00 Pago: 14.000,00
IX	Realização de obras e Instalações – construção de uma escola. Empenhado: 241.000,00 Liquidado: 211.000,00 Pago: 201.000,00
X	Amortização do principal das parcelas de empréstimos obtidos. Empenhado: 33.000,00 Liquidado: 30.000,00 Pago: 29.000,00
XI	Concessão de Diárias – pessoal civil. Empenhado: 36.000,00 Liquidado: 26.000,00 Pago: 26.000,00
XII	Serviços de água e esgoto. Empenhado: 28.000,00 Liquidado: 25.000,00 Pago: 22.000,00
XIII	Serviço de energia elétrica. Empenhado: 12.000,00 Liquidado: 10.000,00 Pago: 9.000,00
XIV	Aquisição de Ambulâncias. Empenhado: 129.000,00 Liquidado: 129.000,00 Pago: 129.000,00

Considerando somente os dados apresentados no quadro anterior, bem como o reflexo da execução orçamentário-financeira da despesa no patrimônio, no que diz respeito às despesas efetivas e não efetivas, assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao total das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP do exercício de 2018:

- (A) R\$ 654.000,00.
- (B) R\$ 420.000,00.
- (C) R\$ 622.000,00.
- (D) R\$ 234.000,00.

**QUESTÃO 38**

No que diz respeito à contabilização do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, julgue as afirmativas que se seguem:

- I. a legislação que regulamenta IPTU estabelece, de modo geral, que o fato gerador deste tributo ocorrerá no dia 1º de janeiro de cada ano. Assim, no momento do fato gerador (dia 1º de janeiro), deve-se debitar a conta contábil: 1.1.2.2.x.xx.xx – Créditos Tributários a Receber (P), em contrapartida da conta contábil: 4.1.1.2.x.xx.xx – Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda (P). Contas contábeis de natureza da informação patrimonial. Esse registro provoca o aumento do ativo e do resultado do exercício, atendendo ao disposto nos arts. 100 e 104 da Lei nº 4.320/1964.
- II. na arrecadação, registra-se a receita orçamentária debitando a 6.2.1.2.x.xx.xx – Receita a Realizar, e creditando a conta contábil: 6.2.1.1.x.xx.xx – Receita Realizada. Contas contábeis de natureza da informação orçamentária. Consecutivamente, procede-se à baixa do ativo registrado, debitando a conta contábil: 1.1.1.1.1.xx.xx – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F), e creditando a conta contábil 1.1.2.2.x.xx.xx – Créditos Tributários a Receber (P). Contas contábeis de natureza da informação patrimonial.
- III. o registro dos valores de disponibilidade de recursos por destinação de recursos nas contas contábeis de natureza da informação de controle, deverá ocorrer no momento do fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), debitando a conta contábil 7.2.1.1.x.xx.xx – Controle da Disponibilidade de Recursos, e creditando a conta contábil 8.2.1.1.1.xx.xx – Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa I está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

Considerando os dados extraídos do balancete de verificação de determinada prefeitura municipal “fictícia”, referente ao exercício de 2018, somente das contas patrimoniais e de resultado, responda as questões 39 e 40.

Conta Contábil	Saldo em 31/12/2018
Aposentadorias e Reformas	27.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.000.000,00
Constituição de Provisões - Variações Patrimoniais Diminutivas	5.000.000,00
Pessoal a pagar - Curto Prazo	3.190.000,00
Incentivos – Variação Patrimonial Diminutiva	41.000,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas - Variação Patrimonial Aumentativa	4.830.000,00
Despesa com Pessoal - Variações Patrimoniais Diminutivas	519.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Receber - Curto Prazo	19.000.000,00
Provisões a Longo Prazo	27.000.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Variação Patrimonial Diminutiva	229.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	328.000,00
Contribuições – Variação Patrimonial Diminutiva	11.000,00
Outros Créditos a Receber e Valores - Curto Prazo	7.800.000,00
Encargos Patronais - Variações Patrimoniais Diminutivas	59.000,00
Desincorporação de Ativos	38.000,00
Impostos e Taxas - Variação Patrimonial Aumentativa	228.000,00
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Curto Prazo	21.000,00
Obrigações Fiscais - Longo Prazo	1.343.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	70.000,00
Estoques	438.000,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais concedidos a Pessoal – Variação Patrimonial Diminutiva	23.000,00
Dívida Ativa tributária a Receber	5.000,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	39.000,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – Variação Patrimonial Diminutiva	27.000,00
Contribuições Sociais - Variação Patrimonial Aumentativa	88.000,00
Bens Móveis	4.300.000,00
Ganhos com Alienação	45.000,00
Bens imóveis	9.900.000,00
Transferências a Instituições Privadas – Variação Patrimonial Diminutiva	42.000,00
Contribuição de Iluminação Pública - Variação Patrimonial Aumentativa	24.000,00
Uso de Material de Consumo	40.000,00
Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	378.000,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais - Variação Patrimonial Aumentativa	177.000,00
Fornecedores - Longo Prazo	2.200.000,00
Serviços - Variação Patrimonial Diminutiva	191.000,00

Transferências Intergovernamentais – Variação Patrimonial Diminutiva	1.316.000,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços - Variação Patrimonial Aumentativa	2.000,00
Encargos Sociais a Pagar - Curto Prazo	1.221.000,00
Transferências das Instituições Privadas - Variação Patrimonial Aumentativa	3.000,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos - Variação Patrimonial Aumentativa	14.000,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Variação Patrimonial Diminutiva	413.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar - Curto Prazo	10.455.000,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	14.000,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.895.000,00
Transferências Intergovernamentais - Variação Patrimonial Aumentativa	1.500.000,00
Resultado do Exercício	X
Resultados de Exercícios Anteriores	X

### QUESTÃO 39

Assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao Resultado do Exercício de 2018:

- (A) déficit de R\$ 677.000,00.
- (B) superávit de R\$ 595.000,00.
- (C) déficit de R\$ 642.000,00.
- (D) superávit de R\$ 589.000,00.

### QUESTÃO 40

Assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao Resultado de Exercícios Anteriores evidenciado no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial:

- (A) R\$ 5.140.000,00.
- (B) R\$ 5.904.000,00.
- (C) R\$ 5.086.000,00.
- (D) R\$ 5.782.000,00.